

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR

Joseane Alba

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA: RELAÇÕES ENTRE
ASPECTOS LEGAIS E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA**

SANTA MARIA, RS.
2018

Joseane Alba

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA: RELAÇÕES ENTRE
ASPECTOS LEGAIS E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA**

Artigo apresentado ao curso de Especialização em Educação Física Escolar, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Educação Física Escolar**.

Aprovado em 02 de agosto de 2018

**João Francisco Magno Ribas, Dr. (UFSM)
(presidente/orientador)**

Leandra Costa da Costa, Dr. (UFSM)

Isabel Cristina Baggio, Mr. (UFSM)

Santa Maria, RS.
2018

RESUMO

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA: RELAÇÕES ENTRE ASPECTOS LEGAIS E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA

AUTORA: Joseane Alba

ORIENTADOR: João Francisco Magno Ribas

Embasados nas necessidades de debate para o contexto educacional indígena em especial ao contexto do componente curricular Educação Física, utiliza-se esta pesquisa para desvelarmos conceitos e concepções da Educação Física Escolar Indígena com base na literatura acadêmica. A questão problema norteadora da mesma é: Como o conhecimento da Educação Física vem sendo tratado em Escolas Indígenas de acordo com a literatura especializada, com base na literatura da área? A fim de resolvermos a questão problema desenvolveu-se o objetivo principal que é o de analisar como o conhecimento da Educação Física relativo às escolas indígenas vem sendo sistematizado em publicações na área. Caracteriza-se a pesquisa de cunho qualitativo e seu método para a coleta de dados é a revisão bibliográfica em periódicos de maior destaque científico com base na Qualis da CAPES na área da Educação Física. Como direcionamentos finais, sinaliza-se a necessidade de discussão e pesquisa nesta vertente de educação Física Escolar Indígena, pois ainda é um tanto escassa. Outro direcionamento possível é o de dialogar sobre as políticas que respaldam a escola indígena e o que a realidade produzida academicamente nos demonstra. Por mais incipiente que seja as produções nesta temática, pode-se observar que já existem traços de sistematizações para a Educação Física Escolar Indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Indígenas. Educação Física. Concepção de Educação Física.

ABSTRACT**INDIGENOUS SCHOOL PHYSICAL EDUCATION:
RELATIONSHIPS BETWEEN LEGAL ASPECTS AND THE
SCIENTIFIC PRODUCTION OF THE AREA**

AUTHOR: Joseane Alba

ADVISOR: João Francisco Magno Ribas

Based on the needs of debate for the indigenous educational context, in particular the context of the curriculum component Physical Education, this research is used to unveil concepts and concepts of Indigenous School Physical Education based on academic literature. The guiding problem issue is: How has the knowledge of Physical Education been treated in Indigenous Schools according to the specialized literature, based on the literature of the area? In order to solve the problem problem, the main objective was to analyze how the knowledge of Physical Education related to indigenous schools has been systematized in publications in the area. Qualitative research is characterized and its method for data collection is the bibliographical review in scientific journals that are more prominent based on the Qualis of CAPES in the area of Physical Education. As final directives, it is pointed out the need for discussion and research in this aspect of Indigenous School Physical Education, since it is still somewhat scarce. Another possible direction is to discuss the policies that support the indigenous school and what the reality produced academically demonstrates. No matter how incipient the productions in this subject, it can be observed that there are already traces of systematizations for the Indigenous School Physical Education.

KEYWORDS: Indigenous Schools. Physical Education. Conception of Physical Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Revistas selecionadas para realização da pesquisa, periódicos	10
Quadro 2: Complementação da pesquisa	11
Quadro 3: : Sistematização dos resultados da busca bibliográfica	19

LISTA DE ABREVIATURAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CF	Constituição Federativa do Brasil
CTD	Catálogo de Teses e Dissertações
EI	Escolas Indígenas
EF	Educação Física
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
RBCE	Revista Brasileira de Ciências do Esporte
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	8
1.1- PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2- OBJETIVO	11
1.3- OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.4- METODOLOGIA	11
2. ESCOLAS INDÍGENAS: LEGALIDADE E REALIDADE	14
3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	17
4. EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS INDÍGENAS	20
5. APROXIMAÇÕES FINAIS.....	26
6. REFERÊNCIAS	29

1- INTRODUÇÃO

Os povos indígenas sempre construíram sua existência baseados nas suas culturas. No Brasil, esses povos assim que aqui chegaram, sofreram e ainda sofrem um grande choque quando foram confrontados com a cultura europeia predominante, perdendo durante, alguns séculos, características que marcavam suas realidades. De acordo com o Parecer nº 14/1999 do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 14 de setembro de 1999, “os índios são cidadãos brasileiros, portadores de direitos e deveres consagrados na legislação” (BRASIL, 1999, p. 07), legislação esta que reconhece as diferenças etno-culturais e linguísticas como valor positivo e edificante da nacionalidade brasileira. Conhecer, valorizar e aprender com essas diferenças são condições necessárias para o convívio construtivo, à comunicação e a articulação de segmentos sociais diversos que, apesar disto, e mantendo suas especificidades, sejam capazes de uma convivência definida por democracia efetiva, tolerância e paz (BRASIL, 1999).

Encontramos enfoque em Souza e Fleuri (2003, p. 54), para afirmar que:

“Somos uma sociedade multiétnica constituída historicamente a partir de uma imensa diversidade de culturas. Reconhecer nossa diversidade étnica implica saber que os fatores constitutivos de nossas identidades sociais não se caracterizam por uma estabilidade e uma fixidez naturais.”

Embasados nesta diversidade étnica de culturas deve-se reconhecer as distintas formas de educar e ser educado concordando assim com Frigotto (2011, p.9) que evidencia a educação e como ela pode ser adquirida:

“por milhares de anos os seres humanos se educaram de geração em geração aprendendo uns com os outros, dando respostas aos desafios e problemas no processo de produção de suas vidas. A educação e formação humana são, antes de tudo, um processo social e cultural.”

A fim de legitimar os povos indígenas e suas culturas a Constituição Federativa do Brasil de 1988 em seu art. 231 afirma que: devem ser reconhecidos aos índios “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. (BRASIL, 1988, p.75).

No Brasil, desde o século XIV, a instituição escolar entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas. Somente com o passar dos anos e com a atualidade que este quadro sinalizou alguma mudança. Sendo que assim a escola “ganhou” um novo significado e um novo sentido, como meio para assegurar o acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade destes grupos.

Após argumentarmos sobre os direitos que os povos indígenas, a legitimação dos mesmos e o amplo conceito do que é educação e como ela pode se manifestar, cabe aqui introduzirmos uma das áreas desta educação sistematizada que encontramos na escola, a Educação Física, que “constitui-se como um componente curricular obrigatório” constando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Cap. 2 Art. 26 Parágrafo 3º.

A Educação Física possui sua especificidade como componente curricular obrigatório, nas escolas dos “não índios” segue alguns parâmetros, algumas diretrizes, para seu ensino. Um exemplo disto são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que serviram como “um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País” (p. 13, 1997) e atualmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento de “caráter normativo o qual busca definir um conjunto de aprendizagens, conhecimentos e competências essenciais para todos os alunos” ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (p.07, 2017) Este estudo visa encontrar subsídio que desvele como o conhecimento da Educação Física vem sendo tratado em nas Escolas Indígenas. Cabe aqui salientar que com base nos resultados encontrados ao final da pesquisa os mesmos serão problematizados a fim de compreendermos o real sentido em que se encontra nosso problema de pesquisa.

A escolha pela temática ocorreu no início do ano de 2016, após obter contato com uma professora que atua nas duas escolas Indígenas da cidade de Santa Maria emergiu a vontade e principalmente a curiosidade em conhecer o contexto de uma das escolas em que ela atua. A escola localiza-se em um bairro importante da cidade de Santa Maria e a etnia dos Indígenas é

Kaingang. Após todo este processo de conhecimento da realidade indígena que no primeiro momento causou estranheza e um certo receio, emergiu a vontade de com base nesse aparato gigantesco de informações e sentimentos realizar meu Trabalho Final de Graduação. Afinal, movidos pelos sentimentos de estranheza e desconhecimento sobre a realidade indígena poderíamos assim com um estudo teórico trazer a tona esta realidade que inúmeras vezes é esquecida por nossa sociedade.

Alba (2016) com o trabalho intitulado “*A Educação e a Educação Física em uma Escola Indígena do Rio Grande do Sul*”, teve como objetivo norteador analisar a estrutura pedagógica da escola em específico, com base no que é previsto em lei, analisar o Projeto Político Pedagógico da escola específica e caracterizar o ensino do componente curricular obrigatório Educação Física naquele contexto específico. Sendo que a parte referente à Educação Física foi escrita com base na realidade apenas da escola específica, ou seja, não pode-se afirmar que todas as realidades escolares indígenas são semelhantes a esta realidade no que se refere o trabalho acima citado.

A temática sobre as escolas indígenas em especial a educação física escolar é um assunto pertinente para reconhecermos e formularmos saberes pedagógicos e culturais em relação ao contexto social indígena, um contexto que foi e ainda é marginalizado pela sociedade em geral. Levando em conta que a maior parte das produções relacionadas a esta área é bastante recente, um exemplo disto é a criação em 1998 do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), o qual possui caráter formativo buscando assim dar subsídios a cada escola indígena para “a construção do seu próprio referencial de análise e avaliação do que nela está sendo feito e, ao mesmo tempo, elabore um planejamento adequado para o que nela se quer realizar” (BRASIL, 1998, p.13).

Com base nesta produção ainda muito recente sobre a área, esta pesquisa vem ao encontro à importância de verificar como está sendo tematizado o conhecimento da Educação Física Escolar Indígena nas produções acadêmicas da área, e como depois de dezenove anos da elaboração do documento norteador já citado acima encontra-se as instituições

escolares indígenas de nosso país. Como e em que se baseiam as escolas na formulação e principalmente no que tange ao conhecimento da disciplina de educação física é tratado neste contexto.

1.1- PROBLEMA DE PESQUISA

Com base desenvolvemos a questão problema desta pesquisa: Como o conhecimento da Educação Física vem sendo tratado em Escolas Indígenas de acordo com as publicações na área, com base na literatura da área?

1.2- OBJETIVO

A fim de esmiuçarmos a questão problemática elencou-se o objetivo principal desta pesquisa que é o de Analisar como o conhecimento da Educação Física relativo às escolas indígenas vem sendo sistematizado em publicações na área.

1.3- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com o intuito de aprofundarmos a pesquisa e percorrermos caminhos a fim de alcançar o objetivo da pesquisa elencamos três objetivos específicos que servirão de suporte e embasamento. São eles: apresentar e discutir a Base Legal das políticas públicas das escolas indígenas no Brasil; apresentar a concepção de Educação Física Indígena, presentes nas publicações da área e sistematizar o conhecimento produzido relativo à Educação Física Indígena com base nas publicações da área.

1.4- METODOLOGIA

A referida pesquisa possui caráter qualitativo que, onde segundo Minayo (2011, p. 21) afirma que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, o que ocasiona em um aprofundamento das relações e dos processos analisados. Ainda buscamos aporte em Triviños (1987), para esclarecer que a pesquisa de

caráter qualitativo surge de forma natural uma vez que, muitos dados levantados em pesquisas da área educacional, não podem ser quantificados e sim interpretados de forma ampla e rigorosa.

Para definir nosso método para realizar a pesquisa buscamos GIL (2008) onde define que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Isso resulta em um processo de investigação de como encontra-se o problema de pesquisa e reelabora novos conhecimentos sob o mesmo, afim de sempre tematizarem as problemáticas pertinentes.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nos periódicos de maior relevância acadêmica de nossa área, por acreditar que os mesmos delimitam e auxiliam a área da Educação Física a se constituir enquanto saber.

Quadro 1: Revistas selecionadas para realização da pesquisa, periódicos.

Teses de Dissertações
Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES)
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)
Revista A2
Revista Movimento (UFRGS)
Revista B1
Revista brasileira de Ciência do Esporte (RBCE)
Revista de Educação Física da Universidade de Maringá (UEM)
Revista brasileira de Educação Física e Esporte da USP
Revista Motriz (UNESP)

Revista B2

Revista Pensar a pratica (UFG)

Revista Motrivivência (UFSC)

Fonte: elabora pela autora

Outro mecanismo de procura por produções científicas relacionadas a esta pesquisa foi uma busca na plataforma Lattes¹ pelos nomes de cinco professores Doutores que em suas pesquisas se debruçam ao contexto indígena brasileiro. São eles²:

Quadro 2: Complementação da pesquisa.

Plataforma Lattes

Artemis Soares

Beleni Grando

Giuliano Pimentel

Maria Beatriz Rocha Ferreira

Marina Vinha

Fonte: Elaborado pela autora

A fim de localizarmos nos periódicos acima descritos o material necessário para o desenvolvimento de nossa pesquisa adotou-se termos chaves: Educação Física Indígena, Educação Física Escolar Indígena, currículo indígena. Considerando que nas primeiras buscas realizadas a produção de conhecimento na área foi incipiente, optou-se por definir um período temporal que se delimita a partir da Constituição federativa do Brasil (1988) até os dias

¹ Plataforma Lattes, representa a experiência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações.

² Verificar endereço de Currículo Lattes no final juntamente com as referências.

atuais para podermos obter maiores materias sobre a temática em questão.

2. ESCOLAS INDÍGENAS: LEGALIDADE E REALIDADE

Ambiguidades existem entre dois termos muitos utilizados e referenciados na produção da área educacional indígena, Educação escolar Indígena e Educação Indígena. Buscamos aporte em Da Rosa e Nunes (2013, p.03-04) que em seus escritos com base em uma palestra do Antropólogo Gersem Baniwa definem qual seria a diferenciação entre os mesmos termos.

Inspirando-nos no pensamento do antropólogo Gersem Baniwa, consideramos a “educação escolar indígena” como um direito assegurado pelo Estado brasileiro aos cidadãos ameríndios, a partir de um espaço institucional (a escola indígena), através do uso de materiais didáticos específicos, da formação de professores indígenas bilíngues, da alfabetização das suas crianças na língua materna e portuguesa. Já a “educação indígena” é aquela que se desenrola em eventos cotidianos e extraordinários em todos os espaços-tempos, cujo saber tradicional, vinculado à ordem da cosmologia³ ameríndia é transmitido pelas gerações mais velhas através da oralidade.

Assim nesta pesquisa utilizaremos o termo Educação Escolar Indígena por acreditar que represente de forma mais completa as questões que propormos a investigar e assim também auxiliando a entendermos mais profundamente questões que possam emergir no decorrer desta investigação científica.

Buscamos aporte na discussão que a introdução desta pesquisa elencou sobre O Art. 231 da Constituição federativa do Brasil de 1988 o qual garante aos Povos Indígenas suas especificidades e direitos abordaremos neste tópico da pesquisa o que há de legalidade, ou seja, o que é lei. Como e em quais documentos as escolas indígenas possuem para embasarem a disciplina de Educação Física como componente curricular obrigatório no meio escolar. E após o reconhecimento da legalidade abordaremos sobre a realidade. Sucintamente, o que é lei, o que é previsto em lei e finalmente o que acontece realmente no âmbito escolar.

Com o Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, o mesmo transfere a atribuição de oferta da educação escolar em escolas indígenas para

secretarias estaduais e municipais de educação e a coordenação da política para o MEC, antes de responsabilidade exclusiva da Fundação Nacional do Índio.

Seguindo nesta perspectiva, “a escola Indígena deve trabalhar temas e projetos ligados aos modos de vida de suas comunidades, à proteção de seus territórios e recursos naturais buscando assim um diálogo com os demais saberes existentes” (BRASIL, 2012, p. 09).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) traz em seus escritos a necessidade dos sistemas, das redes de ensino e as instituições escolares planejarem-se com seu objetivo na equidade, a qual pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes, suas particularidades. Sendo assim, um planejamento direcionado a contemplar esta equidade também exige um claro compromisso de reverter à situação de exclusão histórica que marginaliza grupos como, por exemplo, os povos indígenas.

O direito a uma educação diferenciada também encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), que estabelece uma série de princípios gerais para o ensino, dentre eles “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a valorização do profissional de educação escolar; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, dentre outros.”

No ano de 2006 originou-se uma Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, a qual circunscreve sobre os direitos legítimos destes povos, sendo a mesma aprovada no ano de 2008. Em seu artigo 14, página 06, tematiza o direito dos mesmos em estabelecer e controlar seus sistemas e instituições educativas, onde ofereçam educação em seus próprios idiomas, de acordo com seus métodos culturais de ensino e de aprendizagem. Ainda comenta sobre o direito particular para as crianças indígenas as quais possuem então direito a todos os níveis e formas de educação do Estado, sem discriminação assim como qualquer outro cidadão.

O mesmo documento delimita que:

“Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos

indígenas, para que os indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma” (ONU, 2008, pg. 06).

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998) surge para atender às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece enfaticamente a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema pelo respeito a sua diversidade tanto cultural quanto linguística. O mesmo documento possui um capítulo sobre o componente curricular obrigatório Educação Física.

Partindo deste pressuposto e embasados no Referencial Curricular Nacional para as escolas Indígenas de 1998 (pg.: 323) o ensino e oferta da disciplina de Educação Física é “uma tarefa local”, dependendo de cada comunidade decidir isto. Cabendo assim para os professores e secretários a decisão se um currículo escolar de Educação Física pode ser útil, ou não, para a formação de suas novas gerações. Se a decisão for está, ela deverá ser respeitada pelas demais instâncias, muitas vezes atividades físicas cotidianas ou atividades realizadas em determinadas épocas festivas podem ser anexadas ao calendário escolar e agregadas aos programas da disciplina. (BRASIL, 1998) Concomitante com as argumentações acima citadas, no âmbito da educação física, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNE/Indígena 1998, p.320) indica que,

Na escola dos não-índios, a Educação Física é a disciplina que introduz e integra o aluno naquilo que os especialistas da área chamam de "cultura corporal de movimento", ou seja, o conjunto de conhecimentos culturalmente produzidos que se referem à movimentação do corpo. A área da Educação Física trabalha, portanto, com os vários conhecimentos sobre os movimentos do corpo humano, que se acumulam ao longo do tempo e que se transmitem numa determinada sociedade. As brincadeiras, os jogos, os esportes, as lutas, as danças e as formas de ginástica fazem parte da chamada "cultura corporal de movimento".

As diversas exposições acima citadas já vêm de encontro ao que a pesquisa propõe-se a investigar, as mesmas foram recolhidas no processo de construção desta investigação para assim podermos dar um grau mais científico ao estudo e também serão uma das bases que norteiam a pesquisa.

Tendo acesso a Base Nacional Comum Curricular que está sendo o documento norteador para o ensino na Educação básica brasileira desde o ano

de 2017, podemos constatar que no mesmo não apresenta nada especificamente sistematizado sobre a educação escolar no contexto indígena. Investigando a área das linguagens a qual a Educação Física pertence nota-se que a questão Indígena aparece nas unidades didáticas: brincadeiras e jogos, danças e lutas. Sendo a mesma relacionada como “de matriz indígena e africana” e sendo contemplada apenas do terceiro ao quinto ano.

Partindo deste pressuposto, Mileski (2013) afirma que, no cotidiano da maior parte dos povos indígenas no Brasil, desenvolve-se um contexto de tensionamento entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos ocidentais - do restante da sociedade -, entre políticas públicas e políticas de aldeias, entre tendências políticas internacionais e a definição de estratégias e opções específicas de vida e futuro para as populações indígenas. Supõe-se que estas tensões de cunho eminentemente políticos, passem pela escola indígena, fazendo da mesma um palco para o diálogo ou para o conflito entre essas forças em interação.

A discussão sobre as abordagens pedagógicas para o contexto indígena merece ser analisada com muita prudência, diante da finalidade de resgatar e preservar as manifestações culturais identitárias desses povos. A preocupação com esse tema se dá pelo fato que, se uma escola indígena opta por um projeto pedagógico descompromissado com os sabores tradicionais do povo que pretende “educar”, pode provocar ou, no mínimo, acelerar o processo de Etnocídio, que é a destruição cultural de um povo.

3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Neste tópico serão abordadas inicialmente algumas concepções que auxiliam para delimitar a Educação Física Escolar enquanto área de conhecimentos e seus principais saberes/conteúdos a serem desenvolvidos. Após será pontuado a concepção na qual o pesquisador baseia-se e defende e em seguida pretende-se indicar quais são as concepções presentes do resultado da revisão de literatura. Vale a pena salientar que além de saber sobre as concepções resultantes da pesquisa, o pesquisador também executa um papel significativo na sociedade, por isso é importante o mesmo possuir conhecimento das concepções para poder argumentar sobre.

Buscando embasamento teórico a fim de corroborar para afirmar e delimitar o campo da Educação Física, encontra-se o artigo intitulado Educação Física Escolar: uma proposta de Diretrizes Pedagógicas circunscreve que a

Educação Física enquanto componente curricular da Educação básica deve assumir então o papel de:

Introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida. (Betti e Zuliani, 2009, pg.03)

Afirmando ainda com um dos autores quando fala que é esta “integração que possibilitará o usufruto da cultura corporal de movimento há de ser plena – é afetiva, social, cognitiva e motora. Vale dizer, é a integração de sua personalidade” (Betti, 1992).

Outro viés plausível para delimitarmos a concepção de Educação Física Escolar é de que historicamente na Educação Física moderna tem ensinado o jogo, a ginástica, as lutas, a dança, os esportes. “Conteúdos estes que permaneceram através do tempo transformando inúmeros de seus aspectos para se afirmar como elementos da cultura, como linguagem singular do homem no tempo” (SOARES, 1996). Estes conhecimentos tematizados pela Educação Física acabaram por se “afirmarem como linguagens e comunicarem-se em sentidos e significados da passagem do homem pelo mundo” (SOARES, 1996). Constituindo assim um acervo, um patrimônio que deve ser tratado pela escola e principalmente na Educação Física.

A fim de pontuar o pensamento do pesquisador em relação a sua concepção de Educação Física inicialmente afirma-se que a mesma não é algo fixo, rígido nem a única verdade a ser seguida. Acredita-se que uma única concepção não abarca na maioria das vezes a totalidade da área da Educação Física e principalmente não define a prática pedagógica do investigador neste caso e também do professor que atua no contexto escolar.

Buscamos então algumas ideias oriundas da Concepção Crítico-Emancipatória para trazer à tona a visão do investigador. Já afirma Elenor Kunz um dos idealizadores da mesma que “a educação proporcionada de uma forma mais emancipadora, voltada para a formação da cidadania do jovem é mais do que uma mera instrumentalização técnica para o trabalho” (1996 p.144). Sendo que a palavra “emancipação” neste contexto pode ser entendida

“como um processo contínuo de libertação do aluno das condições limitantes de suas capacidades racionais críticas e até mesmo no seu agir no contexto sociocultural e esportivo”. (KUNZ. 1998)

Embasados nas afirmações acima citadas compreende-se que o ensino da Educação Física na escola deve proporcionar saberes e vivências para além do simples gesto técnico, do ensino de alguns esportes e da formação de um aluno apenas reprodutor. Devemos enquanto educadores priorizar a formação de indivíduos críticos e autônomos para assim auxiliarmos na transformação social da realidade em que nos encontramos. Utilizo-me de uma metáfora para salientar a grande importância que possuímos como educadores, afinal estamos plantando hoje o que colheremos em um futuro muito breve.

Como a Educação Física vem sendo tematizada neste estudo em seu maior âmbito, o escolar, cabe elencarmos conhecimentos/conteúdos/manifestações que a mesma deve minimamente contemplar nas suas praticas cotidianamente. Manifestações como o esporte, os jogos, as danças, as lutas dentre outras, fazem parte do grande leque de conteúdos da área da educação física e devem ser sinalizados de acordo com sua importância e sua relevância no meio escolar.

Chegam-se então a questões muito importantes norteadoras da pesquisa enquanto concepções e também da prática docente, qual a função da educação e também da Educação Física na escola, qual o tipo de cidadão a Educação Física auxilia a formar, no contexto indígena como podemos visualizar estas mesmas questões e suas respostas? Estas são questões pertinentes que deve-se refletir e problematizar sempre em nossas práticas investigativas e de ensino, afinal o conhecimento perpassado na ambiente escolar é o principal instrumento formativo de nossa sociedade. Tudo o que nela temos atualmente é fruto do que nela colocamos durante o passado e o presente.

Uma das concepções encontradas em relação à Educação Escolar Indígena em todos os estudos da revisão é a utilização da abordagem intercultural como base para a educação escolar indígena. A mesma se propõe a promover a integração entre os povos, se opondo ao aparecimento de

qualquer tipo de supremacia de uma cultura sobre as outras, ao mesmo tempo em que favorece a um ambiente de respeito às diferenças, de solidariedade e de justiça social. Neto (2007, p.07) corrobora afirmando que a educação intercultural possui como pressuposto a “inter-relação dos diferentes grupos socioculturais, suas relações interações e trocas mútuas, assim como o reconhecimento e valorização da diferença cultural”.

Podemos delinear que a concepção de Educação Física escolar indígena segue nos princípios da Cultura Corporal de Movimento, onde buscamos aporte em Valter Bracht (1999) em seu livro Educação Física e Ciência, afirma que o objeto da Educação Física é a cultura corporal de movimento e neste sentido entende-se que o movimentar-se humano é a forma de comunicar-se com o mundo. Seria então a Educação Física uma prática pedagógica que tematiza a intenção pedagógica das manifestações da cultura corporal de movimento, este não seria qualquer movimento, mas sim:

É o movimento humano com determinado significado/sentido, que por sua vez, lhe é conferido pelo contexto histórico-cultural. O movimento que é tema da Educação Física seria aquele que se apresenta na forma de jogos, de exercícios ginásticos, de esportes, de dança, etc. (BRACHT, 1999, p.16).

Jocimar Daolio outro autor renomado que é debatido e citado em todos os trabalhos encontrados na revisão, nos auxilia em seu livro Educação Física e o conceito de Cultura de 2003 afirmando que, a cultura é o principal conceito para a Educação Física, porque as manifestações corporais humanas são geradas a partir da dinâmica cultural, desde os primórdios da evolução até hoje, expressando-se diversificadamente e com significados próprios no contexto de grupos sociais específicos. Então a prática pedagógica na área da Educação Física, trata do ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento.

4. EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS INDÍGENAS

A fim de iniciarmos discorrendo sobre a Educação Física nas escolas Indígenas buscamos mais uma vez o Referencial Curricular Nacional para

Escolas Indígenas (1998) o qual sustenta a importância do componente curricular Educação Física na escola Indígena a partir de três argumentos ou objetivos que atenderiam as demandas específicas indígenas. O primeiro diz respeito ao conhecimento e avaliação crítica dos alunos em relação aos elementos que constituem a cultura corporal de movimento da sociedade não indígena. O segundo argumento leva em consideração a busca por uma vida mais saudável, tendo como prerrogativa a justificativa de que alguns hábitos naturalmente indígenas estão sendo modificados, um exemplo, podem ser as dificuldades de caça e pesca pelo motivo de que as aldeias atualmente fixam-se em territórios distintos do que normalmente eram comuns. Por fim o terceiro argumento diz respeito ao resgate da cultura corporal indígena por meios de jogos, danças, brincadeiras e lutas a fim de compreender o motivo destas práticas estarem em desaparecimento.

Dos cinco estudos que basearam esta investigação, quatro dos mesmos, que são dissertações de mestrado foram encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O outro estudo que se trata da tese de doutorado, foi encontrado na plataforma Lattes que na tabela a seguir demonstra quais foram os estudos utilizados como base para esta pesquisa, além disso, traz a tona informações relevantes. É composta pelo nome que o autor do estudo possui, o título do mesmo, sinaliza qual o principal objetivo do estudo, o ano em que o mesmo foi desenvolvido e a instituição acadêmica e por fim elenca a titulação acadêmica que os autores obterão.

Quadro 3: Sistematização dos resultados da busca bibliográfica.

(continua)

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA					
NOME	TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA	ANO/INSTITUIÇÃO	TITULAÇÃO
Alberto Anastácio Neto	A educação Física na escola Indígena "Marcolino Lili": uma possibilidade de fortalecimento étnico.	Investigar o ensino-aprendizagem produzido pela Educação Física Escolar Indígena no ensino fundamental.	Documental e entrevista	2007- Universidade Católica Dom Bosco de campo Grande/MS.	Mestre em Educação
Keros Gustavo Mileski	A Educação Física na escola indígena: cidadania e a emancipação indígena em questão.	Discutir a educação física escolar indígena tendo como objetivo compreender como os delineamentos efetuados pelos	Qualitativa, documental e revisão bibliográfica na revista RBCE.	2013-Universidade Estadual de Maringá/PR.	Mestre em Educação

		organismos financeiros e humanitários que formulam documentos chegam a prática escolar via produção científica			
Maria do Socorro Craveiro de Albuquerque	A Educação Física na escola indígena: limites e possibilidades.	Verificar os limites e possibilidades da implantação da Educação Física nas escolas Indígenas do Acre	Documental	1999-Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ	Mestre em Educação
Francinaldo Freitas Leite	Saberes tradicionais Krahô: contribuições para Educação Física bilíngue e intercultural.	Propor uma abordagem pedagógica para o ensino da educação Física no contexto escolar indígena Krahô adequada a um currículo intercultural e bilíngue	Etnográfica (obtenção dos dados: observação participante, entrevista aberta e análise documental)	2017-Universidade Federal do Tocantins/TO	Mestre em estudos de cultura e território
Julia Guimarães Sanetto	Educação Física NA/DA de escola indígena: apropriações e ressignificações numa aldeia Bororo.	O objetivo da pesquisa foi analisar a Educação Física no âmbito da escola indígena, diante da proposta de educação intercultural.	Etnográfica	2016-Universidade Estadual de Campinas/SP.	Doutorado em Educação Física

Fonte: elaborada pela autora

A partir do quadro exposto iremos elencar como se constituem os estudos encontrados na revisão de literatura ao mesmo tempo que dialogaremos com as principais informações que os mesmos trazem. Seguiremos uma ordem cronológica de apresentação destes estudos, para uma melhor organização.

O primeiro estudo se apresenta como a dissertação de Maria do Socorro Craveiro de Albuquerque, intitulada *A Educação Física na Escola Indígena: limites e possibilidades*, no ano 1999, aborda que para ela, a Educação Física na escola indígena apresenta as seguintes possibilidades: servir como elemento de releitura das práticas corporais da sociedade envolvente e subsidiação como elemento de revitalização cultural e reforço da identidade. Sendo que estes elementos, na concepção da autora, serviriam para proporcionar uma aprendizagem contextualizada e mais efetiva para as comunidades indígenas. Além disso, a autora debate que a mesma, a Educação Física, auxiliaria para tornar as práticas corporais da sociedade não indígena mais transparentes auxiliando de modo a contribuir com as relações da sociedade indígena e a não indígena.

Em suas sínteses Craveiro (1999) considera a necessidade de debate maior e mais aprofundado sobre estes temas e aponta um caminho possível na Educação Física, o qual seria a formação do professor Índio como pesquisador das práticas corporais de seu próprio povo. Este caminho auxiliaria na revitalização cultural, reforçando assim a identidade de seu povo e fazendo uma releitura das práticas corporais da sociedade envolvente. Tudo isso serviria então para auxiliar em uma aprendizagem maior contextualizada e mais efetiva para estas comunidades indígenas.

No ano de 2007 a dissertação de Alberto Anastácio Neto, intitulada *A Educação Física na escola municipal Indígena "Marcolino Lili": uma possibilidade de fortalecimento étnico*. O pesquisador realizou observações nas turmas de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental da Escola Marcolino Lili localizada no município de Aquidauana no estado do Mato Grosso do Sul. Primeiramente ele descreve que o local para as aulas de educação física é uma quadra de cimento e um campo de chão batido, espaços comuns da maioria das escolas da sociedade. Que o professor o qual desenvolve as aulas de educação Física possui formação inicial na área. E segundo suas observações para este professor, a Educação Física parece estar vinculada a educação pelo jogo, ou seja, é jogando que os alunos aprenderão. Além de tudo isso, ficou visível em suas observações que o conteúdo de dominância é o futebol. Ainda o pesquisador sinaliza que independente do contato que os alunos possuem com o futebol nas aulas de educação física, a admiração dos mesmos pela modalidade é algo grandioso e que permeia o contexto em que eles vivem, é algo que chega até a escola por meio da convivência e comunicação com o povo não índio.

Já o pesquisador se utiliza dos conceitos de Daolio (2004) para afirmar que a Educação Física Indígena trata-se da "Cultura Corporal de Movimento", sendo que as manifestações corporais neste sentido são geradas pelas dinâmicas culturais. Neto (2007) ainda argumenta que desde seus primórdios estas manifestações corporais expressam significados expressão daquela sociedade. A prática pedagógica da Educação Física nestes contextos então trata do ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento. Neste momento ele busca sistematizar estas manifestações culturais, corroborando com Daolio (2004), como o jogo, o esporte, a dança, a luta e a ginástica.

No ano de 2013, Keros Gustavo Mileski disserta sobre "*A Educação Física na escola indígena: cidadania e a emancipação indígena em questão*", o qual possui uma linha de compreensão de como os mecanismos financeiros impactam na formulação de documentos que chegam até a prática escolar. O autor defende que a escola é um local capaz de salvaguardar os saberes e tradições indígenas e que é nestas mesmas escolas onde ocorrem as maiores tensões sobre os saberes e principalmente sobre as culturas. O autor se

preocupa mais com as discussões sobre os mecanismos de financiamento da educação, possuindo assim uma linha crítica. Onde direciona que estes mecanismos financeiros geram uma concepção e norteiam a educação, conseqüentemente a educação indígena também.

No ano de 2016, emerge a tese de Juliana Guimarães Sanetto, intitulada *Educação Física NA/DA escola: aproximações e ressignificações numa aldeia bororo*. A autora discorre sobre a importância de entender a constituição da Educação Física na escola Indígena considerando assim sua singularidade em relação ao contexto social e principalmente cultural em que estas escolas estão inseridas.

Sanetto (2016) por fazer um estudo etnográfico descreve mais profundamente como seria o contexto da Educação Física na Escola Indígena Korogedo Paru, localizada na aldeia Córrego Grande, no município de Rondonópolis, no estado do Mato Grosso. A mesma em seus escritos relata sobre o acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Sobre o documento afirma que a escola possui seu PPP moldado a garantir a educação escolar diferenciada que lhe é de direito, um exemplo que encontrou-se foi o calendário escolar específico, com dias letivos garantidos quando algumas práticas da comunidade indígena são realizadas. Por exemplo, rituais funerários, que são manifestações culturais próprias e significativas para aquela população.

Quando a mesma ingressa no PPP na parte do componente curricular Educação Física verifica que o mesmo não possui suas significações, mas sim segue o RCNEI, não possuindo as abordagens pedagógicas, os tempos e espaços da Educação Física próprio daquele contexto. A grade curricular é analisada por Sanetto (2016) como uma grade curricular que segue uma estrutura mesclada de modelos de disciplinas encontradas em qualquer outra escola, desconfigurando assim a especificidades destes contextos indígenas em relação aos seus planejamentos.

Outro apontamento interessante que Sanetto (2016, p. 112) circunscreve em sua pesquisa é que na configuração atual em que a Escola Indígena Korogedo Paru se encontra, os professores que atuam no ensino fundamental ministram aulas de todos os conteúdos que compõem o currículo escolar específico. Já no ensino médio há esta distribuição das disciplinas específicas a diferentes professores. No contexto específico do componente curricular Educação Física, o professor que é responsável pelas aulas no ensino médio não possui formação específica em licenciatura na área. Sua justificativa para atuar perante aluno se dá pelo fato de ter um acúmulo de informações e experiências durante sua vida como aluno, de realizar algumas pesquisas na aldeia e "pelo seu senso comum" (p.113).

A fim de dialogar com estes relatos encontramos na Resolução da

Câmara de Educação Básica CEB nº 3 de 1999, o qual fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências, onde em seu artigo 6º aborda a formação específica de professores das escolas indígenas e no artigo 7º também aborda sobre os cursos de formação de professores indígenas, que os mesmos colocarão foco para o desenvolvimento de profissionais que possuem competências relacionadas aos conhecimentos, valores, habilidades e atitudes para assim constituírem currículos e formas de avaliações próprios, corroborando assim para que os mesmos delimitem e utilizem metodologias apropriadas para o ensino e pesquisa naquele contexto.

Em suas considerações finais Sanetto (2016, p.164) aponta que:

“A escola Korogedo Paru constitui-se como um espaço de ambivalências, mas que parece se apoiar em demasia nos saberes oriundos da tradição que a prática escolar construiu ao longo de sua história. A dificuldade de novas abordagens serem postas em prática parece estar atrelada à lógica que constitui a prática escolar. Nesse sentido, a situação atual da Educação Física escolar não pode ser vista simplesmente como consequência da ação docente. Deve-se levar em consideração o conjunto de fatores que rege o cotidiano escolar e que condiciona a prática, na qual estão inseridos os professores, os alunos e muitos outros atores. A tradição, a eficácia simbólica e o senso comum parecem ser fatores determinantes na Educação Física da Escola Indígena Korogedo Paru”.

A dissertação de Francinaldo Freitas Leite no ano de 2017 que buscou propor uma abordagem pedagógica para o ensino da Educação Física no contexto indígena Krahô/Tocantins adequando-se assim a um contexto de currículo intercultural e bilíngue. O autor no seu decorrer sinaliza que para a Educação Física Indígena Krahô, o universo lúdico-corporal é o objeto de estudo com maior intensidade, tanto em seus aspectos teóricos ou também práticos. O autor segue a base de que a Educação Física situa-se na área de Cultura Corporal de Movimento.

Neste sentido Leite (2017, p.82) elenca para o currículo da Educação Física os seguintes assuntos: “A cultura corporal de Movimento do próprio grupo” – neste caso a cultura do povo Krahô, “a cultura corporal de movimento de outros povos indígenas” e a “cultura corporal de movimento da sociedade envolvente” – o que diz respeito à sociedade brasileira e internacional. Nesta perspectiva então o ato de aproximação dos princípios científicos que embasam a Educação Física como uma área do conhecimento e o conhecimento do povo Krahô perpassado durante os anos, não significa apenas uma mera união, mas sim, a produção de um novo saber – o denominado saber cultural.

Um apontamento que merece destaque é o que Leite (2017) discorre que ao pensar em uma Educação Física para o contexto indígena do povo Krahô

deve-se levar em conta metodologias/concepções que buscam e sinalizam para a interculturalidade e o bilinguismo. Que reflitam sobre quais as demandas do povo Krahô para seu melhor exercício da função cidadã indígena, que articule quais os tipos de atividades são mais adequadas com os referenciais educacionais deste povo indígena, que defina quais os saberes escolares e tradicionais devem ser perpassados e principalmente que delimite quais os conteúdos que serão contemplados pela Educação Física Escolar no contexto Krahô.

De acordo com as reflexões o autor finaliza sinalizando para a necessidade de cautela na escolha de concepções inapropriadas para serem utilizadas neste contexto indígena no âmbito da Educação Física Escolar. Que as mesmas podem se afastar das causas indigenistas e principalmente se afastarem da escola Indígena.

5. APROXIMAÇÕES FINAIS

A fim de iniciarmos nossas considerações finais a cerca das questões problematizadora de nossa pesquisa buscaremos retomar os três objetivos que elencamos para nos auxiliar a resolvermos o problema de pesquisa os quais seriam, apresentar e debater a Base Legal das políticas públicas das escolas indígenas no Brasil, apresentar a concepção de Educação Física Indígena presentes nas publicações da área e sistematizar o conhecimento produzido relativo à Educação Física Indígena com base nas publicações da área.

De imediato embasados no primeiro destes tópicos, elencar e discutir a base legal das políticas públicas das escolas indígenas no Brasil, foi possível verificar todo respaldo que as escolas indígenas possuem perante a legislação. Desde a Constituição Federativa de 1988 onde a mesma demarca a especificidade em relação a cultura Indígena e suas organizações sociais próprias. Documento este de extrema importância para legitimar perante os poderes públicos as questões indígenas, afinal a constituição até o ano presente ainda se caracteriza como um documento legítimo e que deve ser e receber a atenção necessária.

A partir disso a uma sequência de documentos que delimitam responsabilidades sobre a oferta da educação Indígenas nas comunidades indígenas, podemos sinalizar que desde 1988 até o último documento utilizado

que é a BNCC de 2018, somasse aproximadamente trinta anos. Por mais que alguns estudiosos acreditam que não houveram significativas evoluções, corroboro afirmando que evoluções nos sentidos de documentos e políticas públicas existem. Afinal o respaldo legal existe, é definido e possui embasamento para serem aplicados. Se os mesmos são aplicados, esta é uma questão mais peculiar.

O que ocorre na maioria dos casos é que como em diversos âmbitos de nossa sociedade civil as propostas e definições de políticas públicas por mais que sejam amparadas em leis, resoluções, normativas, elas não se aplicam da maneira como deveriam se aplicarem. Muitas vezes não são respeitadas e quando colocadas em prática na maioria das vezes são aplicações superficiais, sem grande aprofundamento e que acabam deixando de lado o contexto indígena que merece ser verificado e levando em conta.

Seguindo na concepção de Educação Física o que podemos refletir é sobre o vasto campo de concepções e abordagens que a área de conhecimento possui, nos achados da pesquisa, ficou claro que enquanto Educação Escolar Indígena os estudos sinalizam para uma abordagem intercultural como base para a educação escolar indígena. Esta abordagem então serviria para dialogar com as diversas culturas, interagindo entre si. Esta abordagem nos ajuda a entender o que depois é notório e visível em todos os cinco estudos que serviram como base.

Inicia-se trazendo esta concepção de abordagem intercultural, para ingressar na palavra cultura, que assim depois desencadeia a concepção de Educação Física, sendo ela a Cultura Corporal de Movimento. A partir disso podemos então definir como prática pedagógica da Educação Física, o movimento humano. Utilizam-se do conceito de Cultura Corporal de Movimento então para justificarem a Educação Física enquanto área e conhecimento nas escolas indígenas.

Corroboro com as afirmações acima situadas e acredito que nestes estudos foi de extrema importância fazer esta relação entre Cultura, Educação Física e Educação Indígena, pois acredito ser um dos âmbitos de maior representação das diversas culturas. Afinal, durante todos seus tempos os

povos indígenas buscam manter firmes seus conceitos de cultura e sua própria cultura que foi e vem sendo deixada de lado e esquecida pelas novas gerações. A própria instituição escolar neste sentido ainda corrobora muitas vezes em seguir metas e estratégias tendo como base a sociedade em geral, o que ocasiona em um distanciamento e enfraquecimento do contexto indígena.

Em relação a que foi elencado sobre a Educação Física nas escolas indígenas, podemos delimitar principalmente que seguindo a concepção de Cultura Corporal de Movimento, os conteúdos e conhecimentos que estes estudos delimitam como sendo da Educação Física possuem como base o corpo e o movimento humano. Não qualquer forma de movimento, mas sim manifestações culturais como o jogo, o esporte, a dança, a luta e a ginástica. Além disso, buscam o RCNEI como base para o componente curricular Educação Física na Escola Indígena.

Um aspecto que deve ser retomado é onde no estudo de Saneto (2016) relata sobre a formação dos professores atuantes em especial o professor de Educação Física, o qual não possui formação alguma na área em específico. Podemos notar que neste contexto ainda as condições que esta escola esta inserida, ou melhor, como esta escola se constitui é preocupante. Afinal, sabemos da grande fragilidade que a própria área da Educação Física possui e podemos identificar que neste contexto a fragilidade inicia quando a maioria das pessoas que atuam na escola como professores não possui formação inicial para a atuação. Neste sentido emerge um questionamento, com todos os avanços e no caso específico da Educação Indígena, como foi elencado no segmento anterior deste estudo, porque ainda encontramos estas realidades? Se perante a lei existe um decreto que garante esta formação de professores, porque neste caso em específico, e em outros casos que não possuímos conhecimento, ainda existem pessoas atuantes na escola que não possuem formação inicial básica para a mesma? São questões pertinentes para refletirmos e problematizarmos em nossas pesquisas e em nossas praticas diárias.

Como direcionamento final, sinalizo para a necessidade e preocupação em relação ao contexto social da Educação Física Indígena e também para a

Educação Escolar Indígena em si. Por mais que as mesmas encontram respaldos em leis, o contexto, a realidade das escolas é outra. Por mais que como notamos neste estudo a Educação Física na Escola Indígena possui significados, conceitos e concepções bastante visíveis nos achados desta pesquisa. Ainda assim devemos sempre buscar a melhor apropriação e principalmente o aperfeiçoamento destas temáticas, afinal muito pouco se produz sobre Educação Física Escolar Indígena nos atuais tempos. Como professores e pesquisadores da área devemos voltar nossos afazeres a estes temas mais vulneráveis e em desenvolvimento.

6. REFERÊNCIAS

- ALBA, J. A Educação e a Educação Física em uma Escola Indígena do Rio Grande do Sul. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2016.
- ALBUQUERQUE, M.S.C. **A Educação Física na escola Indígena: limites e possibilidades.** (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BETTI, M. **Ensino de 1º. e 2º. graus: Educação Física para quê?** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 13, n. 2, 1992.
- BETTI, M.; ZULIANI, L. R. **Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas.** Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em < <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363/1065> > Acesso em 13 de Novembro de 2017.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação, Brasília, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/1_BNCC-Final_Introducao.pdf > Acesso em 30 de maio de 2018.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Fábio Ribeiro, 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 02 de junho de 2016.
- _____. **Decreto nº26/1991,** de 04 de setembro de 1991/ Ministério da Educação. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbee1.pdf> > Acesso em 29 de jun de 2018.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm V. 30, 2013. Acessado em 02 de junho de 2016.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acessado em 02 de junho de 2016.
- _____. **Parecer nº14/1999,** aprovado em 14 de Setembro de 1999. Conselho Nacional de Educação. 1999. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/>> Acesso em 24 de julho de 2016.
- _____. **Parecer nº13/2012,** aprovado em 10 de maio de 2012. Conselho Nacional de Educação. 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/index> > Acesso em 08 de julho de 2016.

_____ **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em : https://www.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu_escolar/ml_07.pdf Acesso em 02 de junho de 2016.

_____ **Resolução CEB Nº3, de 10 de novembro de 1999**/Câmara de Educação Básica, Brasília, 1999. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf> Acesso em 20 de jun de 2018.

BRACHT, V. **Educação Física e Ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. Ijuí, Editora Unijuí, Rio Grande do Sul, 1999.

DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura**. Autores associados, Campinas, São Paulo, 2004.

DA ROSA, R. R. G; NUNES, R. B. **Educação Escolar Indígena e/ou Educação Indígena: Questões e possibilidades para “kainganguizar” a escola**. Século XXI–Revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 1, p. 88-119, 2013. Disponível em<<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/viewFile/11222/6821>> Acesso em: 13 de ago de 2018.

FERREIRA, R. B. M. Disponível em < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787376J6>> Acesso em: 15 de jun de 2018. .

FRIGOTTO, G. Prefácio. In **Escola e movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro** / Célia Regina Vendramini e Ilma Ferreira Machado (organizadores). – 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GRANDO, S. B. Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4701003Y8>> Acesso em: 15 de jun de 2018.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do Esporte**. Ijuí: Unijuí, 1996.

_____ **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. Ijuí: Unijuí, 1998.

LEITE, F.F. **Saberes tradicionais Krahô: contribuições para a Educação Física Indígena bilíngue e intercultural**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína, Araguaína, Tocantins, 2017.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MILESKI, K. G. **A Educação Física na Escola Indígena: a cidadania e a emancipação indígena em questão**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná. 2013.

NETO, A. A. A. **Educação Física Escolar na escola municipal Indígena “Marcolino Lili”:** **uma possibilidade de fortalecimento étnico**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 2007.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas**. 1.ed. – Rio de Janeiro : UNIC; Brasília : UNESCO, 2008.

PIMENTEL, A. G. G. Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4795572A5>> Acesso em: 15 de jun de 2018.

SANETO, J.G. **Educação Física na/da escola: aproximações e ressignificações num**

aldeia Bororo. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2016.

SOARES, A. A. Disponível em
<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787596T1>
Acesso em 14 de jun.de 2018.

SOARES, C. L. **Educação Física escolar: conhecimento e especificidade.** Revista Paulista de Educação Física, n. supl. 2, 1996. <disponível em: [file:///D:/Downloads/139637-271325-1-SM%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/139637-271325-1-SM%20(1).pdf) > Acesso em 20 de jun de 2018.

SOUZA, M. I. ; FLEURI, R. M. Entre limites a limiars de culturas: educação na perspectiva intercultural. FLAURY, R. M. (Org.). **Educação intercultural: mediações necessárias.** Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 54.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.

VINHA, M. Disponível em <
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4700141J4>> Acesso em 15 de jun
de 2018.